

Funaro mantém-se contra o FMI

por Cecília Pires
de Brasília

O ex-ministro da Fazenda, Dilson Funaro, voltou a condenar ontem, durante debate promovido pela Fundação Pedrosó Horta, do PMDB, sobre dívida externa, a volta do Brasil ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Funaro insistiu nesta tese com a entrada, na Comissão de Finanças, da Câmara, onde se realizava o debate, do presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães.

"Presidente, em insistia com os congressistas que o Brasil não pode e não deve ir ao FMI para resolver

uma crise, iniciada em 1982, da qual os países ricos, nossos credores, foram partícipes", afirmou Funaro.

Ele asseverou que não procedem os argumentos dos que insistem no monitoramento do FMI sob a alegação de que somente assim o País conseguiria dinheiro novo. "Se os 'exim-banks' estão fechados, se as instituições internacionais estão fechadas, o Banco Mundial ainda é o único aberto aos financiamentos, o FMI não vai resolver o refinanciamento interno; até hoje, o fundo resolveu muito pouco. Resolveu um problema de caixa do Brasil

em 1982, mas foi um problema momentâneo e destinou-se a recompor reservas naquele instante para pagar os empréstimos daquele ano", declarou.

O ex-ministro da Fazenda defendeu ainda que o Brasil não pode esperar que outras nações, que não tenham o potencial brasileiro assumam a liderança dos países devedores na busca de soluções novas para o problema da dívida, sem recorrer ao FMI. "Este é o nosso papel. Não podemos esperar, como nas reuniões de Cartagena, que a Argentina, com 20% do PIB brasileiro, lidere o processo. Isto seria deixar de assu-

mir uma tarefa iminentemente brasileira."

Para Funaro, aceitar "uma negociação com o FMI é ignorar que houve uma crise em 1982, é aceitar as regras que 32 nações aceitaram e assinaram com o FMI de fazerem o ajuste de sua economia, importando menos e exportando mais, promovendo o ajuste externo e praticando o desajuste interno. A dívida, além disso, tem aumentado em toda a América Latina, apesar das transferências líquidas feitas nos últimos anos. O Brasil pagou nos últimos quatro anos, US\$ 44 bilhões e recebeu US\$ 11 bilhões de financiamento".